



Da pedagogia da fragmentação à pedagogia da integralidade

From pedagogy of fragmentation to the pedagogy
of integrality

*Elvis Rezende Messias**

UEMG

*Mariana Silva Mancilha***

SEE/MG

Recebido em: 22/10/2024. Aceito em: 21/11/2024.

Resumo: *Este ensaio objetiva apresentar e discutir alguns conceitos fundamentais para a compreensão e a promoção de uma ecologia integral, em vista de uma sensibilização formativa que nos permita iniciar processos de identificação de uma pedagogia da fragmentação, dentre outras, que circula entre nós, para efetivar a sua superação, através da promoção de uma pedagogia da integralidade, dentre outras. Baseado em metodologia bibliográfica-documental com escopo teórico, num primeiro momento, o texto relaciona as dimensões educacional e profética das campanhas da fraternidade, para, em seguida, refletir sobre o princípio da destinação universal dos bens, o paradigma tecnocrático e*

* Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Campanha, MG. Doutor em Educação (Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, 2023, bolsista CAPES). Mestre em Educação (Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL, Alfenas, MG, 2016). Especialista em Doutrina Social da Igreja (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-GO, Goiânia, 2022). Especialista em Filosofia e Ensino de Filosofia (Centro Universitário Claretiano, CEUCLAR, Batatais, SP, 2014). Licenciado em Filosofia (Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Campanha, MG, 2012). Bacharel em Teologia (Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, 2022). Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Estudos em Filosofia da Educação (GRUPEFE, CNPq).

E-mail: elvismessias.prof@gmail.com.

** Docente da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG, Cambuquira, MG). Mestra em Educação (Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL, Alfenas, MG, 2022). Licenciada em Pedagogia (Faculdade Victor Hugo, São Lourenço, MG, 2010). Especialista em Supervisão e Gestão Escolar (Faculdade Victor Hugo, São Lourenço, MG, 2012).

E-mail: ma_flauta@hotmail.com.





a teologia do domínio aplicada à questão ambiental, respectivamente. Conclui-se com algumas considerações práticas sobre a tarefa educativa atual em perspectiva ecológico-integral.

Palavras-chave: *ecologia integral; Campanha da Fraternidade; fragmentação; integralidade; complexidade.*

Abstract: *This essay aims to present and discuss some fundamental concepts for understanding and promoting an integral ecology. This aims to create formative awareness that allows the initiation of processes that identify the circulation of a pedagogy of fragmentation among us, to effectively overcome it, through the promotion of a pedagogy of integrality, among others. Based on a bibliographic-documentary methodology with a theoretical scope, initially the text relates the educational dimension and the prophetic dimension of fraternity campaigns. Next, the essay reflects on the principle of universal destination of goods, the technocratic paradigm and the theology of dominance applied to environmental issues, respectively. It concludes with some practical considerations about the current educational task from an integral ecological perspective.*

Keywords: *integral ecology; Fraternity Campaign; fragmentation; integrality; complexity.*

Introdução

“Pai Nosso que estais na terra”. (Mendonça, 2013)

“O ideal não é só passar da exterioridade à interioridade para descobrir a ação de Deus na alma, mas também chegar a encontrá-Lo em todas as coisas”. (LS¹ 233)

A Campanha da Fraternidade (CF) possui uma dimensão profundamente educacional, que se complementa com a sua dimensão profética. Não há dicotomia nisso. Enquanto modo especial de vivência da Doutrina Social da Igreja em solo brasileiro, a CF, intrinsecamente, forma, anuncia e denuncia, sempre na perspectiva da promoção do encontro pessoal e comunitário com o Deus de Jesus de Nazaré. Daí que oportuniza caminhos concretos de conversão integral, reeducação de hábitos, em vista da salvação integral da pessoa humana, que envolve também esse mundo,

¹ LS = *Laudato Si'* (Francisco, 2015). Os documentos eclesiais, exclusivamente, serão citados direto no próprio corpo do texto através do modelo (SIGLA e parágrafo numerado). As demais referências serão indicadas conforme o modelo autor, ano, página.



em todos os seus âmbitos: social, econômico, político, ecológico, cultural, nas relações da comunidade internacional, entre outras (CDSI² 1).

Na verdade, aqui pensamos a educação como *educação profética*, assim como pensamos a profecia como *profecia educacional* ou *anúncio/denúncia formativos*. Entendemos que a CF tem essa perspectiva educacional/formativa, que está presente nos seus objetivos permanentes, a saber:

1 – Despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum;

2 – Educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho;

3 – Renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja) (CNBB [s. d], grifo nosso).

Como se pode ver no objetivo 2 acima, educar é uma perspectiva fundamental da CF. E, “despertar o espírito” e “renovar a consciência”, tais como se encontram nos objetivos 1 e 3, respectivamente, implicam também destacados processos formativos. A sequência textual de cada objetivo permanente, por sua vez, conforme dispostos após os verbos iniciais, denota compromissos destacadamente proféticos, já que encontramos ali um desejo anunciador, com implicações denunciadoras, à luz da palavra orientadora de Deus, sobre aspectos concretos da vida cotidiana, tendo em vista a promoção de um profundo processo de mudança de vida, de nova consciência da realidade e de justa transformação do seu entorno.

A raiz da missão eclesial é o profetismo, que é profundamente dependente da responsabilidade de ser sal e luz no mundo concreto (cf. Mt 5,13-14), enfraquecendo as estruturas de pecado (cf. SRS³ 36); assim como o pecado é pessoal e incide sobre a vida comunitária e social, também a vida de santidade se dá nesses três âmbitos: “Já não se pode afirmar que a religião deve limitar-se ao âmbito privado e serve apenas para preparar as almas para o céu” (EG⁴ 182). O profetismo de Jesus,

² CDSI = Compêndio da Doutrina Social da Igreja (Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, 2005).

³ SRS = *Sollicitudo Rei Socialis* (João Paulo II, 1987).

⁴ EG = *Evangelii Gaudium* (Francisco, 2013).



o grande modelo de ser humano (cf. GS⁵ 22), não se fez sob a sombra de alianças obscuras com os poderes opressores de seu tempo, mas, ao contrário, se realizou por meio da denúncia da degeneração religiosa e política, pelo anúncio do Reino de Deus, que inspirou uma opção inevitável de amor preferencial pelos pobres e sofredores, tendo em vista a salvação integral da pessoa humana.

O que se encontra expresso, então, nos objetivos permanentes da CF se manifesta, na verdade, em forma de pedagogia-mistagogia. Ou seja, não se trata de uma educação qualquer, mas que nos sensibiliza e nos conduza para a contemplação do mistério de Deus, do ser humano e da realidade como um todo. Esse processo formativo é intimamente interligado à geração da vontade livre e profética de lutarmos, de maneira consciente, pela superação de outras pedagogias eminentemente deformativas da dignidade humana e de grande destruição da Casa Comum, obra do Senhor.

Desse modo, quando propomos neste ensaio uma reflexão que intente provocar a superação de uma pedagogia da fragmentação pela promoção da pedagogia da integralidade – ou poderíamos falar também da passagem de uma pedagogia da disjunção à pedagogia da interligação, da pedagogia da indiferença à pedagogia do cuidado, da pedagogia do isolamento à pedagogia da comunhão –, quando propomos isso, estamos convencidos de que não vivenciaremos um profundo processo de conversão integral sem também passarmos por um profundo processo de formação integral. Quer dizer, precisamos levar a cabo uma vivência educacional que considere o ser humano como um ser integral, com múltiplas dimensões interligadas e, por conseguinte, como espécie complexamente dependente do ambiente natural para sobreviver e desenvolver-se.

Vivemos em uma época de policrise. Como firma Francisco, “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social” (LS 139). E a isso soma-se o que já haviam afirmado Morin e Kern (2011, p. 94): “Muitas das crises podem ser consideradas como um conjunto policrítico”. Essa realidade exige que desenvolvamos uma educação que nos permita tomar consciência do entretecimento e da interligação de todas as coisas no mundo e que nos prepare e instigue para um combate profético em defesa de um ambiente vital saudável para todos os seres; de uma educação ciente de que, diante de nossa realidade marcada pela

⁵ GS = *Gaudium et Spes* (Concílio Vaticano II, 1965).



“intersolidariedade complexa dos problemas” (Morin; Kern, 2011, p. 94), “as diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral” (LS 139). E isso, inevitavelmente, também nos leva a denunciar e a combater os estilos e hábitos cotidianos que degradam as condições vitais do Planeta. Educação e profecia se interligam, e a CF 2025 nos convida a compreender isso, em fraternidade, pela ecologia integral.

Desse modo, o presente ensaio tem por objetivo apresentar alguns elementos conceituais fundamentais para a compreensão e a promoção de uma ecologia integral, visando uma sensibilização formativa que nos permita iniciar processos de identificação de uma pedagogia da fragmentação, da disjunção, da indiferença e do isolamento que circula entre nós, para a sua superação, através da promoção de uma pedagogia da integralidade, da interligação, do cuidado e da comunhão em nosso meio.

É uma reflexão simples, mas que pode contribuir, a seu modo, com o desejo de “promover, em espírito quaresmal e em tempos de urgente crise socioambiental, um processo de conversão integral, ouvindo o grito dos pobres e da Terra” (CNBB, 2024, p. 7), que é o objetivo geral da Campanha da Fraternidade de 2025.

1 Um princípio fundamental: destinação universal dos bens

O Texto-Base (TB) da CF 2025 afirma o seguinte:

Na aurora da Doutrina Social da Igreja, o Papa Leão XIII, na Encíclica Rerum Novarum (1891), já acenava fortemente para o princípio da destinação universal dos bens da terra, como bem lembrou, mais tarde, o Papa São João XXIII ao tratar do tema da função social da propriedade privada na Encíclica Mater et Magistra (cf. n. 118). Por esse princípio, compreendemos que “os bens criados se destinam a todos. [...] O direito à propriedade privada está diretamente subordinado, portanto, ao princípio da destinação universal dos bens. A criação é um bem de Deus destinado, por Ele mesmo, para o bem de todos” (TB 103).

Nesse trecho encontramos um dos princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja, que é a destinação universal dos bens da terra. Nele há um indicativo basilar para a compreensão do tema da CF 2025: *Fraternidade e Ecologia Integral*. Ora, está em jogo aí o cuidado integral da Casa Comum, que, como o próprio nome sugere, é “comum”, uma



casa de todos os seres, um espaço vital irrenunciável para tudo que vive em nosso Planeta.

Ninguém destrói a sua própria casa sem que tenha construído um outro lugar para morar – a não ser que queira terminar destruindo a si mesmo – nem se não tiver planejado de comum acordo com os demais moradores ou com quem mais tenha direitos sobre aquela moradia. Se o Planeta é nossa casa, para onde iremos se continuarmos a destruir as condições fundamentais para que a vida complexa – como é o caso da vida humana – continue existindo nele? Precisamos nos convencer: essa é uma casa coletiva, destinada universalmente como bem vital para todos os seres vivos que nela habitam. É preciso cuidar dela como um bem comum, no qual, sem determinadas condições biofísicas, não teríamos sequer passado a existir e que, agora, se quisermos continuar existindo, não podemos destruir.

O princípio da destinação universal dos bens nos coloca diante da grande responsabilidade de reconhecer que não podemos nos dispor dos elementos da natureza como bem entendermos, em nome de interesses privatistas e egoístas. Esse princípio orientador quer nos iluminar com a compreensão de que a terra é fruto do ato criador de Deus e um dom para uso das pessoas. Desse modo, é Deus mesmo o único proprietário absoluto dos bens criados, que, por sua vez, se destinam a todos(as). Isso implica que cada pessoa tem direito à “possibilidade de usufruir do bem-estar necessário para o seu pleno desenvolvimento” (CDSI 172), para sua realização integral como pessoa, sem fazer com que a posse de bens a desumanize e custe a miséria dos demais seres vivos, humanos ou não.

Na perspectiva bíblica, sobretudo no Antigo Testamento, há três fenômenos importantes na história da caminhada do povo de Deus:

- o sábado – e o domingo, para os cristãos – (Gn 2,2-3);
- o ano sabático (Ex 23,10-11; Lv 25,1-7; Dt 15,1-8);
- o ano jubilar (Lv 25,8-55).

Esses períodos são marcados por muitas simbologias e práticas cujos efeitos para o cuidado da Casa Comum são diretos. Partindo-se da compreensão de que o sábado é um dia singularmente sagrado, pois se trata, em especial, do dia em que Deus descansou de toda a obra que fez e a qual considerou como *muito boa* (Gn 1,31), os anos sabáticos e os anos jubilares eram permeados de atitudes que visavam uma profunda restituição do equilíbrio na relação entre o ser humano e a terra. Por ocasião de suas celebrações, que eram destacadas pelo repouso da terra,



devia-se, por consequência, resultar: 1) perdão de dívidas; 2) recuperação da autonomia das pessoas economicamente dependentes; 3) reconhecimento de “que a terra e o povo pertencem a Deus. Ele é o único senhor soberano da terra e das pessoas” (TB 77). Eis aí, a destinação universal dos bens em prática.

Nesse contexto, a Igreja oferece dois ensinamentos complementares ao princípio da destinação universal dos bens.

O primeiro nos leva a compreender que a propriedade privada é um direito reconhecido pela Igreja, mas que tem um forte valor social. Isto é, a sua utilidade não é exclusivamente pessoal (CDSI 176-181). Nesse mesmo documento, encontramos a afirmação clara do Magistério Social sobre isso: “A tradição cristã nunca reconheceu o direito à propriedade privada como absoluto e intocável” (CDSI 177).

Sabemos o quanto o desejo exacerbado por posses e consumo tem gerado efeitos deletérios para o ambiente, que, mais do que nunca, tem passado por graves crises climáticas, perdas de incontáveis áreas florestais, biomas, vidas e de condições planetárias para que determinadas formas de vida continuem existindo: “Nunca maltratamos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos” (LS 53). A propriedade privada se transformou no grande dogmatismo da sociedade capitalista, que chega a naturalizar e a se tornar indiferente à morte de qualquer pessoa ou ser que, de alguma forma, seja um sinal de ameaça ao privatismo. Ora, se alguém entende que pode tranquilamente matar uma pessoa que porventura lhe roube um bem ou que lhe seja apenas uma virtual ameaça, então o que temos aí não é a vida como algo plenamente sagrado e intocável, mas a propriedade privada.

É preciso rever essa visão, questionar essa pedagogia do egoísmo e reconhecer, de uma vez por todas, a função social – coletiva, comum – de tudo que há no Planeta. Como afirma João Paulo II (SRS 42):

É necessário recordar mais uma vez o princípio típico da doutrina social cristã: os bens deste mundo são originariamente destinados a todos. O direito à propriedade privada é válido e necessário, mas não anula o valor de tal princípio. Sobre a propriedade, de fato, grava “uma hipoteca social”, quer dizer, nela é reconhecida, como qualidade intrínseca, uma função social, fundada e justificada precisamente pelo princípio da destinação universal dos bens.



E o TB da CF 2025 apresenta como uma das atitudes e iniciativas sociais no âmbito da boa política, a fim de colocarmos em prática o seu objetivo geral, a proposta de

Cobrar maior respeito, compreensão e execuções concretas do valor social da propriedade privada, tão defendida pelo Magistério Social da Igreja, também presente na Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 5º, inciso XXIII (TB 160).

O segundo ensinamento complementar ao princípio da destinação universal dos bens nos leva a compreender que a opção de amor preferencial pelos pobres (cf. CDSI 182-184) é irrenunciável. É inadmissível que existam pessoas que vivam em condições que impedem sua plena realização.

A miséria humana é o sinal manifesto da condição de fragilidade do homem e de sua necessidade de salvação. Dela teve compaixão Cristo Salvador, que se identificou com os Seus “irmãos mais pequeninos” (Mt 25, 40.45) [...] Jesus diz: “Pobres sempre os tereis convosco, mas a mim nem sempre tereis” não para contrapor ao serviço dos pobres a atenção que se Lhe devota. O realismo cristão, enquanto por um lado aprecia os louváveis esforços que se fazem para vencer a pobreza, por outro põe em guarda contraposições ideológicas e messianismos que alimentam a ilusão de que se possa suprimir por completo deste mundo o problema da pobreza. Isto acontecerá no Seu retorno [...] neste interregno, os pobres ficam confiados a nós e quanto a esta responsabilidade seremos julgados no fim (CDSI 183).

A miséria revela o quanto precisamos de salvação e de conversão integrais. E o objetivo geral da CF 2025 deseja justamente isso: através da capacidade de ouvir com atenção solidária “o grito dos pobres e da Terra”, fazer com que vivenciemos “um processo de conversão integral” (CNBB, 2024, p. 7).

A crise socioambiental pela qual passamos tem nos revelado que o grito da Terra e o grito dos pobres realmente se encontram num só grito, especialmente porque os pobres são os que primeiro e mais agudamente sofrem os efeitos dessa crise (LS 53). E “hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos



pobres” (LS 49). Aqui fica ainda mais evidente a perspectiva que compreende a ecologia em dinâmica integral.

A própria Terra é, enfim, um pobre que sofre, abandonada e maltratada, oprimida e devastada (LS 2). É preciso um processo formativo que nos ajude a compreender essa realidade e a entrarmos num profundo dinamismo de mudança de hábitos.

2 Um paradigma a ser superado: tecnocracia

O papa Francisco tem sido enfático na crítica ao paradigma tecnocrático (poder da técnica/tecnologia). Sua preocupação é grande em relação à força ideológica que esse paradigma possui. E que força é essa? Em síntese, trata-se de depositar uma confiança cega na tecnologia, como se, por meio dela, pudéssemos resolver todos os nossos problemas socioambientais mais graves.

A consequência disso é o sério impedimento de uma mudança profunda de cultura, de uma conversão integral. Isso porque sempre se espera ser possível, pela técnica, resolver os problemas que nossos maus hábitos geram. Vejamos três exemplos:

- 1) no lugar de revermos nossos ideais de progresso e pararmos urgentemente com a devastação de grandes áreas florestais, propõe-se o plantio de gramas em alguns espaços e reservam-se algumas pequenas “áreas verdes” nas cidades;
- 2) em vez de cuidarmos de nossas fontes e nascentes e abandonarmos os nossos costumes de desperdício de água e de poluição de rios e afluentes, prefere-se investir em técnicas avançadas de dessalinização da água do mar, a fim de que ela seja própria para o consumo humano;
- 3) em vez de rever nossa marcha progressista altamente destruidora da Terra, prefere-se fazer investimentos massivos em tecnologia para que, futuramente, possamos povoar outros planetas.

São soluções imediatistas, que praticamente mantêm intocável o modelo de desenvolvimento típico do capitalismo, que idolatra o dinheiro, descarta e mata, sejam terras, animais ou gentes (EG 53-54).

Isso acontece também quando determinadas empresas se manifestam interessadas em “investir” nas pautas ambientais, como se só o fato



de tentar resolver um problema já seria suficiente. Esses investimentos tecnológicos caros não vão na origem do problema. No lugar de preservar sistematicamente nossas faunas, floras e biomas; no lugar de reflorestar lugares até agora desertificados; em vez de plantar mudas de árvores diversas e cuidar de seu crescimento; ao invés de combater as muitas máfias e coronelismos do desmatamento, das grilagens e dos assassinatos de povos tradicionais, indígenas, ribeirinhos e verdadeiros defensores da causa ambiental integral; no lugar de tudo isso, é como se fosse melhor “passar a boiada”⁶ agora, destruir o que estiver pela frente em nome de um pretense “progresso” e pensar o que se pode fazer depois para mitigar os impactos negativos através de alguma tecnologia “milagrosa”. Ora, não é mais fácil respeitar o tempo da natureza e as múltiplas riquezas da Casa Comum, interagindo de maneira harmônica com elas? O problema é que a ganância humana por mais dinheiro e riquezas materialistas acaba cegando a importância do cuidado ambiental.

Como se vê, o paradigma tecnocrático é destacadamente reduutivo e disjuntor. Ele não consegue ver o ambiente como “Casa”, mas somente como “meio”, como “recurso” (CDSI 461); impede-nos de ter uma visão complexa da realidade e de interligar os múltiplos fios que tecem a trama e o drama de nossa época. Como expressa Francisco:

Na origem de muitas dificuldades do mundo atual, está principalmente a tendência, nem sempre consciente, de elaborar a metodologia e os objetivos da tecnociência segundo um paradigma de compreensão que condiciona a vida das pessoas e o funcionamento da sociedade. Os efeitos da aplicação deste modelo a toda a realidade, humana e social, constata-se na degradação do meio ambiente, mas isto é apenas um sinal do reducionismo que afeta a vida humana e a sociedade em todas as suas dimensões (LS 107).

Nossa problemática atingiu um elevado grau de complexidade para ser simplesmente sanada através do recurso a instrumentos cujo processo de desenvolvimento foi parte considerável da responsabilidade na geração da crise socioambiental pela qual passamos: “precisamos

⁶ Aqui fazemos alusão à fala do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que, em reunião ministerial do então Governo Jair Bolsonaro, sugeriu aproveitar a crise da pandemia de Covid-19, na qual estavam morrendo incontáveis pessoas, para “passar a boiada” na mudança e simplificação dos regimentos e normas de defesa ambiental. Sobre isso ver: ALESSI, Gil. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. El País. 22 maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>. Acesso em: 14 out. 2024.



tomar consciência dessa corrida louca [...] Trata-se, portanto, de frear o avanço técnico sobre as culturas, a civilização, a natureza [...] Trata-se de diminuir a marcha para evitar ou uma explosão ou uma implosão” (Morin; Kern, 2011, p. 95).

Na verdade, já em 1970 o papa Paulo VI alertava sobre as ambi-guidades das muitas opções da tecnologia. Para ele:

[...] a um ritmo acelerado, a realização concreta destas possibilidades técnicas não se verifica sem causar nocivas repercussões no equilíbrio do nosso ambiente natural, e a deterioração progressiva do “meio ambiente”, sob o efeito dos contragolpes da civilização industrial, corre o risco de acabar numa verdadeira catástrofe ecológica (Paulo VI, 1970, não paginado).

E ele traz exemplos:

[...] Já vemos que o ar que respiramos se torna viciado, a água que bebemos poluída, as praias contaminadas, os lagos e até os oceanos, ao ponto de nos fazer temer uma verdadeira “morte biológica”, num futuro não distante, se não forem tomadas corajosamente e severamente aplicadas, sem demora, enérgicas medidas. É uma perspectiva terrível, que deveis considerar com cuidado, a fim de se evitar a aniquilação do fruto de milhões de anos de seleção natural e humana (Paulo VI, 1970, não paginado).

E conclui chamando a atenção para a necessidade de compreendermos o que hoje denominamos ecologia integral, na interligação/ entretecimento de todas as coisas:

[...] Numa palavra, tudo está unido intimamente, sendo, portanto, necessário prestar atenção às consequências de longo alcance, que as intervenções humanas introduzem no equilíbrio da natureza [...] quis colocar em relevo a urgência de uma radical mudança no nosso comportamento. O homem levou milênios para aprender a dominar a terra. Agora, soou a hora dele dominar o seu próprio domínio (Paulo VI, 1970, não paginado, grifo nosso).

Nesse sentido, a gestão da natureza precisa de sabedoria e de reverência, não só de eficiência técnica (GS 57). Estamos, então, diante de uma importante tarefa educacional a ser desenvolvida. É preciso impregnar nossos processos formativos não somente de preparo técnico, mas, sobretudo, de consciência crítica e complexa, interligando saberes,



entretecendo visões, com propostas integrais de soluções para os nossos problemas. A educação de nossa época requer, decisivamente, que iniciemos processos sistemáticos de formação integral.

A epistemologia complexa já tem chamado atenção para isso há tempos, dizendo que “a hiperespecialização dos saberes disciplinares reduziu a migalhas o saber científico sobretudo nas ciências antropológicas, que têm todos os vícios da sobreespecialização sem ter suas vantagens” (Morin, 2021, p. 119). O papa Francisco, por sua vez, faz eco a essa exortação, nos ajudando a compreender o quanto a ecologia integral clama um processo formativo complexo para que se efetive de fato. Assim afirma:

A especialização própria da tecnologia comporta grande dificuldade para se conseguir um olhar de conjunto. A fragmentação do saber realiza a sua função no momento de obter aplicações concretas, mas frequentemente leva a perder o sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas, do horizonte alargado: um sentido que se torna irrelevante. Isto impede de individuar caminhos adequados para resolver os problemas mais complexos do mundo atual, sobretudo os do meio ambiente e dos pobres, que não se podem enfrentar a partir de uma única perspectiva (LS 110, grifos nossos).

O paradigma tecnocrático, como se vê, além de impedir uma real conversão de hábitos cotidianos que são nocivos à Casa Comum, também perpetua um modelo educacional cativo das leis de mercado, visando tão somente preparar quadros úteis para a atuação capitalista e transformando o padrão de vida do explorador em sinônimo de sucesso (Messias, 2023a). Temos aí uma perigosa trama epistemológica, da qual precisamos tomar consciência para combatê-la, tendo “presente que os modelos de pensamento influem nos comportamentos” (LS 215).

Esse paradigma trabalha com execuções técnicas, como se os seres humanos fossem condicionados a ser técnicos e a reproduzir tecnologias, indo por essa constante. Vale ressaltar como é importante ter um olhar antropológico e sociológico ampliados sobre o mundo, pois somos pessoas humanas em relação e temos alegrias, problemas e incômodos que nos interpelam de forma coletiva. E viver numa bolha tecnicista é dar mais ênfase à competitividade, ao individualismo e ao “amor pelo dinheiro/poder” em proporções assustadoras.



Um exemplo disso são os avanços nas tecnologias espaciais cada vez mais específicas, caras e inacessíveis, conforme já acenamos anteriormente. Pois, ao mesmo tempo em que se veicula a notícia de que os super ricos estão fazendo turismo na Lua ou cogitando habitar outros planetas, pessoas estão sobrevivendo na miséria, sem uma estrutura digna de saúde, educação e moradia no planeta Terra.

Para a promoção de uma ecologia integral é urgente promover também uma sistemática pedagogia da integralidade. É preciso reconhecer que temos sido, até então, educados sob o paradigma pedagógico fragmentador; é preciso compreender que “nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos, e, portanto, conceber nossa humanidade de forma insular, fora do cosmos que nos cerca e da matéria física com que somos constituídos” (Morin; Kern, 2011, p. 46).

Vejamos um outro exemplo de como é importante o olhar integrador em todas as dimensões da vida. Nesse caso, a música tem algo de singular para nos ensinar. Segundo Hadjajd (2015, p. 399), o coral “é a comunhão aberta em que se une ao outro até formar um único tecido sonoro”. Ou seja, a ação coletiva do cantar precisa de comunhão, de ressonâncias afetivas (Hadjajd, 2015; Mancilha, 2022). Assim, como tantas temáticas precisam estar interligadas, pois envolve a vida, o cotidiano, precisamos formar um “único tecido sonoro” de todas as pessoas preocupadas em ouvir e ressoar de forma positiva o som dessa Casa Comum, que anda agonizando e não “cantando” de alegria.

É preciso, então, unir, integrar, interligar, entretecer, indo além do mero tecnicismo, já que, como sugere Francisco (LS 215), “a educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também em difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza”. Isso nos lembra do que o poeta Manoel de Barros (2016, p. 73) falava de seu personagem “Bernardo”:

*Seu olho renova as tardes.
Guarda num velho baú seus instrumentos de trabalho;
I abridor de amanhecer
I prego que farfalha
I encolhedor de rios – e
I esticador de horizontes.*



Não podemos “perder o sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas, do *horizonte alargado*” (LS 110, grifos nossos). Por isso, é urgente um processo pedagógico integralizador que nos eduque para “uma visão mais ampla, que permita não só admirar as maravilhas do progresso, mas também prestar atenção a outros efeitos que, provavelmente, há cem anos, nem sequer podiam ser imaginados” (LD⁷ 18). Todavia, se isso não ocorrer, veremos que “continuará a perdurar o modelo consumista, transmitido por meios de comunicação social e dos mecanismos eficazes do mercado” e aprofundaremos mais e mais na crise socioambiental, que já vai se aproximando de um grave “ponto de ruptura” (LD 2). Precisamos mesmo de um *esticador de horizontes* (Barros, 2016).

3 Uma “teologia” perigosa à dignidade da criação: domínio

A perícopes bíblica de Gn 1,28 tem gerado uma significativa gama de interpretações, das quais mencionamos uma, em vista de uma melhor compreensão da dignidade da Casa Comum⁸. Assim diz o texto: “Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a! Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo ser vivo que rasteja pela terra!”. Essa é a ordem que Deus dá ao ser humano imediatamente após a sua criação, conforme a primeira narrativa criadora da humanidade que consta no livro do Gênesis.

Como se pode notar, a ordem parece destacar-se em torno da ideia do domínio absoluto do ser humano sobre toda a criação, segundo

⁷ LD = *Laudate Deum* (Francisco, 2023).

⁸ Vale destacar que, ultimamente, tem circulado uma interpretação bastante distorcida do Gn 1,28, que tem recebido, por alguns estudiosos, o nome de teologia do domínio. Trata-se da interpretação feita por determinados grupos de matiz político-religioso conservador e tradicionalista. Para eles, a ordem divina de que o ser humano deve “dominar” o mundo tem uma implicação política fundamentalista teocrática, segundo a qual os cristãos (conservadores e tradicionalistas) devem governar os países de histórica colonização cristã. Assim, entendem que o moralismo tradicionalista deve compor diretamente as constituições políticas dessas nações e seus demais códigos legais, e isso deve começar com a tomada cada vez maior das casas legislativas por pessoas que comporiam as chamadas bancadas religiosas cristãs. Para aprofundamento nessa temática específica, ver: ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021. ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo*: da guerra cultural ao terrorismo doméstico. São Paulo: Autêntica, 2023. PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 147-173, jan.-abr., 2023.



os imperativos “submetei-a” e “dominai”. Mas não se deve tomar um versículo bíblico isolado de seu contexto e do seu texto, a fim de que não tenhamos pretexto para supostamente fundamentar atitudes contrárias ao seu espírito.

Primeiramente, não se deve esquecer, de modo mais imediato, dos dois versículos anteriores ao Gn 1,28. Nos versículos 26 e 27 é dito que Deus resolve criar o ser humano, mas com uma singularidade destacada em relação às demais criaturas: é a única criada à imagem e semelhança do Criador (*imago Dei*). Na verdade, já no versículo 26 aparece a intenção divina de que o dom singular de dominar fosse uma característica marcante do ser humano. Assim está escrito: “Deus disse: ‘Façamos um ser humano, à nossa imagem e segundo nossa semelhança. Que ele domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todos os animais na terra e tudo o que rasteja pela terra’”. Ora, *dominar* não é exercer um domínio tirânico. Até esse momento da narrativa bíblica, o único exercício – e, portanto, o único exemplo – de *domínio* que se tem é exclusivamente o do próprio Criador. E, Nele, não se vê nenhum resquício de uma teologia do domínio no sentido autoritário, destruidor, predatório.

Em segundo lugar, também não se deve esquecer, de modo mais abrangente, de todos os primeiros 27 versículos do primeiro capítulo de Gêneses. O que vemos neles é a atitude do Deus que exerce seu poder como fonte geradora de vida, que cria com amor cada ser vivo, cada realidade cosmológica e vê que cada criatura é boa.

Em terceiro lugar, após criar o ser humano, ele é inserido no conjunto de toda a criação e Deus tem a certeza de que todas as coisas criadas, em seu conjunto manifestativo, são muito boas. Isoladamente, falta a plenitude do sentido de cada ser. Sim, cada coisa criada é boa, e isso aparece ao final de cada dia da criação: “E era *bom*” (Gn 1,4.10.12.18.21.25). Mas é na comunhão dos seres com o Criador e com toda a realidade criada, ou seja, é no conjunto harmonioso da criação, que a explanação de júbilo pleno é colocada, pelo autor da narrativa, na boca de Deus: “Então, Deus viu que tudo era *muito bom*” (Gn 1,31). É somente aí que o “muito bom” aparece.

O TB da CF 2025 chama a atenção para isso. Compreender a criação do ser humano de maneira isolada das demais realidades ou de maneira hipercentrada pode gerar equívocos interpretativos sérios de Gn 1,26-27, que, sustentados em um antropocentrismo autorreferencial, são



demasiadamente nocivos para o mundo criado como um todo. Diz o TB que há duas visões bíblicas fundamentais – uma *proclamativa* e outra *manifestativa* – e que elas estão interligadas. Isso é muito importante para uma ecologia integral, pois explica que a visão *proclamativa* “tem um caráter mais antropocêntrico, na qual a criação está em função e a serviço da salvação, sendo o ser humano colocado em destaque” (TB 47).; e que a visão *manifestativa* “é mais cosmocêntrica, na qual a relação do ser humano com a natureza e com Deus é profundamente integradora” (TB 47). Ainda que o ser humano possua um destaque singular na obra da criação, por ser criado à imagem de Deus, sua centralidade não é autorreferencial, mas é situada, seja no próprio *cosmos* criado, seja, sobretudo, no próprio Criador.

Compreender isso é fundamental, pois nos revela que não há outra forma para o ser humano exercer a ordem que Deus lhe deu em Gn 1,28 sem que a forma como Deus age com a Sua criação seja tomada como a referência absoluta para o modo como o próprio ser humano deve agir. Como imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,26), somos guardiões da obra do Criador, que colocou em nossas mãos a missão de cuidar, zelar e administrar todo o criado. Esse é um dado fundamental da fé cristã: não nos foi autorizado um domínio absoluto e irresponsável sobre as realidades criadas. Devemos exercer sobre a criação uma forma de relação que corresponda à nossa dignidade de pessoas à imagem de Deus, de Deus que é, por excelência, o único Senhor de tudo que há sobre a face da Terra (TB 25).

“Dominar” nos faz lembrar da palavra latina *dominus*, que significa senhor. Deus é o único *Dominus* da obra que Ele mesmo criou. O dever de “dominar” dado ao ser humano como ordem é também um imperativo ético que exige coerência com o seu modelo primeiro: não temos autoridade absoluta sobre a criação. Para nós, “dominar” é sinônimo de “cuidar”, de “guardar”, de “cultivar”, e não de “explorar”, “constranger”, “destruir”, “matar”.

No entanto, hoje, infelizmente, provocamos inúmeras rupturas na obra do Criador. Muitos seres vivos experimentam a vulnerabilidade e até mesmo a extinção e, por nossa causa, já não poderão dar glória a Deus com suas existências, deixando de comunicar a beleza e a bondade do Criador (TB 25).

Desse modo, são “inseparáveis a ordem divina de *submeter a terra* e a necessidade de *recebê-la* [a terra] *como dom* de Deus (LE, 21)” (Messias, 2023b, p. 158).



Por fim, deve-se compreender também o conjunto da ordem dada por Deus ao ser humano. Novamente, voltemos à perícope: “Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a! Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo ser vivo que rasteja pela terra!” (Gn 1,28). É preciso interligar as cinco ordens ali presentes numa só tarefa fundamental e coerente: “sede fecundos”; “multiplicai-vos”; “enchei a terra”; “submetei-a”; “dominai”. Na verdade, esses cinco verbos se confluem, como dois grandes afluentes que se desaguam no único mar do cuidado da criação: não se pode compreender as ordens de “submeter” e “dominar” sem a devida correlação com as ordens de “ser fecundo”, “multiplicar” e “encher”. Precisamos nos perguntar: com a forma de domínio que estamos exercendo, a terra tem sido fecundada, a vida tem sido multiplicada, a terra tem se enchido de seres vivos?

Na verdade, a primeira e única grande ordem dada por Deus ao ser humano é sintetizada no cuidado. E, se tomamos a ação de Jesus de Nazaré como plenitude da revelação, então saberemos que a grande ordem se sintetiza num mandamento de amor. A forma como temos dominado o mundo não tem tido muita relação com o modo amoroso de Deus lidar com a Sua obra criada, não tem sido fecunda nem gerado a multiplicação da vida das espécies. Pelo contrário, temos sido responsáveis pela extinção massiva da vida no Planeta. Não estamos agindo no mundo de maneira harmoniosa segundo a tarefa dada por Deus a nós, desse Deus que *viu* que tudo era *muito bom*.

Streck (2024, p. 203) destaca que “precisamos encontrar estratégias pedagógicas para desconstruir essa lógica do guerreiro conquistador”, lógica que “justifica” a ganância e o domínio sobre a natureza. Ademais, o autor, em diálogo com Restrepo (1996), diz que é preciso buscar a

“ecoternura”, que implica em reconhecer sua fragilidade e dependência dentro de um sistema pluricêntrico, romper com a dicotomia entre sujeito e objeto, valorizar os sentidos, sobretudo os que possibilitam a experiência da proximidade (o tato, o olfato e o gosto), recuperar a sensibilidade, entre outras coisas (Streck, 2024, p. 203).

A ecologia está em sintonia com a vida, pois a interação do ser humano com a natureza – cheirando as plantas e os animais; sentindo através do tato o sol, o vento, a chuva; sentindo o “gosto” da terra molhada e tantos outros exemplos – mostra que essa ecoternura é extremamente vital para nós e se encontra no cuidado, na sensibilidade e, por fim, na comunhão verdadeira com o mundo.



Em síntese, precisamos de uma conversão pedagógica-mistagógica para a integralidade, a fim de que possamos exercer a tarefa co-criadora que Deus nos deu como seres à Sua imagem e semelhança, com *o olhar Dele* e com o espírito Dele, para aprender a ver também a sacralidade de tudo e cuidar, pois também somos parte de toda a Sua criação.

Considerações finais

O ambiente é “um bem coletivo”, de tal forma que cuidar bem dele, salvaguardando-o, é uma responsabilidade comum (cf. CDSI 466-487). Este mesmo documento acentua que precisamos de uma profunda educação para uma nova forma de ser-viver-sentir-pensar-agir – reafirmado também por Francisco (cf. CDSI 486-487; LS, cap. VI) – que nos auxilie a passar de uma pedagogia da fragmentação à pedagogia da integralidade. “Os graves problemas ecológicos exigem uma efetiva mudança de mentalidade que induza a adotar novos estilos de vida” (CDSI 486), aí se destacando:

- a capacidade de aprender a contemplar a realidade com os olhos da Trindade Criadora, acolhendo o mundo todo como “pegadas de Deus” e criatura com a qual devemos estabelecer uma relação comunicativa permeada de mistério divino e reverência (CDSI 487; TB 58);
- a busca do verdadeiro, do belo e do bom e da comunhão fraterna com tudo o que vive no Planeta (CA⁹ 36);
- a necessidade de rever os critérios que determinam nossas opções de consumo, poupança, investimento, as definições das marcas que compramos, os padrões que adotamos de vida feliz e/ou bem-sucedida (CV¹⁰ 66);
- a prática cotidiana inspirada na sobriedade feliz, na temperança, no autocontrole, no planejamento pessoal integrado com as urgências socioambientais (LS 11.126.193.222-225; Francisco, 2023);
- a urgência de rompermos com a lógica do consumo e de promovermos uma lógica produtiva que respeite o próprio ritmo

⁹ CA = *Centesimus Annus* (João Paulo II, 1991).

¹⁰ CV = *Caritas in Veritate* (Bento XVI, 2009).



e a sabedoria da natureza e satisfaça as necessidades vitais primárias de todas as pessoas¹¹;

- a renovação da “consciência da interdependência que une todos os habitantes da terra” (CDSI 486), de que tudo está interligado, de que tudo está entretecido, numa grande solidariedade universal¹².

À vista de tudo que trabalhamos no presente ensaio – e tudo mais que se poderia abordar –, compreender que esse Planeta é único, conscientizando-se de que o cuidado com a Casa Comum é urgente e inadiável, é saber que não sobreviveremos a tanta exploração desenfreada, que sem ele nós não somos. As ciências da complexidade têm nos ensinado que “‘Quem somos nós?’ é inseparável de ‘Onde estamos, de onde viemos, para onde vamos?’” (Morin, 2012, p. 25). E, nessa sintonia, Francisco também tem nos alertado que

o mundo que nos rodeia não é um objeto de exploração, utilização desenfreada, ambição sem limites. Nem sequer podemos considerar a natureza como uma mera “moldura” onde desenvolvemos a nossa vida e os nossos projetos, pois “estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos”, de tal modo que se contempla “o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro” (LD 25).

Ainda não compreendemos suficientemente que a nossa condição de *imago Dei* (cf. Gn 1,27-28) está intimamente interligada à nossa condição de *imago mundi* (cf. Gn 2,7). Deus nos criou à Sua imagem e semelhança, mas também “o nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta” (LS 2). Ou, como diz Morin (2012, p. 28): “o cosmo criou-nos à sua imagem”. Na verdade, não há oposição nisso, uma realidade não anula a outra, pois somos seres integrais e tudo que existe coexiste. Por isso, necessitamos cada vez mais de uma pedagogia da integralidade que nos forme para a ecologia integral.

¹¹ Ver a sabedoria da Patrística da Igreja, que sempre se manifestou atenta à pedagogia-mistagogia natural de todo o universo (cf. TB 95-102). Ver também GS 69-70. Ver ainda: PAULO VI. *Populorum progressio*: carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos. 26 mar. 1967, n. 17 e 66. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 14 out. 2024.

¹² Ver também PAULO VI. *Octogesima adveniens*: carta apostólica por ocasião do 80º aniversário da Encíclica *Rerum novarum*. 14 maio 1971. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html. Acesso em: 14 out. 2024.



Em especial, não devemos nos esquecer de que as pessoas que mais sofrem são os pobres. Um exemplo claro disso foi na pandemia da Covid-19, pois para adotar as medidas básicas de higiene as pessoas mais pobres não tinham os recursos mais básicos, como sabonete, água, álcool em gel e, não raras vezes, um teto seguro sob o qual se abrigar com dignidade. E, além do mais, muitos estabelecimentos comerciais naquela época colocaram vários desses elementos fundamentais – como o álcool em gel ou os cilindros de oxigênio, caso do Amazonas – a preços altíssimos. O grito da Terra e o grito dos pobres se interligam íntima e realmente.

Como dissemos, estamos diante de um cenário que exige de nós o desenvolvimento de uma irrenunciável tarefa educacional. A ideia central é a de impregnar nossos processos formativos não somente de formação técnica, mas, sobretudo, de consciência crítica e complexa, interligando saberes, entretecendo visões, com propostas integrais de soluções para os nossos problemas.

Essa tarefa educacional é mais profética e libertadora do que parece. Uma vez que estamos inseridos numa conjuntura histórica que nos dificulta ver as coisas de maneira integral, ver o complexo (aquilo que é tecido junto) nas coisas, talvez seja mesmo um grande problema humano, sobretudo em nossos tempos, o problema educacional-epistemológico¹³. Precisamos (re)aprender a ver e a pensar bem, com toda a força ética que daí decorre, o que significa para nós, hoje, (re)aprender a pensar integralmente bem, complexamente bem, interligando, entretecendo.

Nesse sentido, o ver e o pensar são também sentir, amar, agir, afetar-se, viver. É preciso interligá-los. Temos, então, um problema educacional-epistemológico que exige ser compreendido de maneira complexa, que exige uma inteligência complexa, transdisciplinar, integral, ética e ecologicamente orientado. Esse problema é, em síntese, uma tragédia de falta de integralidade/complexidade; de *logos* (conhecimento/sentido) sem *pathos* (afeto/paixão), sem *ethos* (ética) e sem *eros/philia/ágape* (amor pluridimensionado).

¹³ Sobre isso, ver: BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000. MORIN, Edgar. *O método 2: a natureza da natureza*. 5. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2015a. MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. 5. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2015b. MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional ecossistêmico: por uma nova ecologia da aprendizagem humana*. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2021.



Consideramos que essas interligações – e (re)aprender a fazer essas interligações – são realmente muito importantes no que tange à vivência da ecologia integral, pois atualmente até pode ser que as pessoas já estejam com uma percepção semi-integral/complexa da realidade, mas isso não basta. Há quem já tenha entendido relativamente bem a nossa comunidade de destino, nossos sérios problemas ambientais, mas isso ainda não as afetou integralmente, não passou da cabeça para o coração e para a ação.

Muitas pessoas até entendem que estamos destruindo nosso ambiente, mas não sentem profundamente que isso é autodestrutivo nem se compadecem com as gerações que estão nascendo agora nesse mundo ou a ele chegarão em breve. O conhecimento por ele mesmo, sem a integralidade do sujeito conhecedor e o mundo do qual ele é parte para ser o que é, não basta: “O mistério do real não se esgota de forma alguma no conhecimento” (Morin, 2015b, p. 245). Da mesma forma, impor essas mudanças através de meros dispositivos legais também não basta. Mudanças profundas não ocorrem simplesmente por força da legislação estatal: “As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis” (Andrade, 2012, p. 23). E Jesus mesmo nos ensina uma pedagogia-mistagogia dos lírios (cf. Mt 6, 28-29).

A educação ecológico-integral é, assim, um processo. Depois de longos anos em que fomos formadas e formados na escola da fragmentação, da exploração, do consumo, do amor ao dinheiro e ao lucro, do individualismo, da tecnocracia e do antropocentrismo autorreferencial, é compreensível que nos estranhemos diante da urgência de adotarmos novos estilos de vida para continuarmos vivendo. Contudo, essa urgência já não é sequer nova. Mas agora ela se faz inadiável. A crise climática atinge níveis agudos e não há quem não seja atingido por ela. Não dá mais para adiar o momento de entrarmos em um novo processo, um processo de conversão integral, de formação integral, de ecologia integral. Ou, como diz o poeta, é hora de “entrar em processo de árvore” (Barros, 2016, p. 17). E como é que se faz isso?

*Para entrar em estado de árvore é preciso partir de
um torpor animal de lagarto às três horas da tarde, no
mês de agosto.
Em dois anos a inércia e o mato vão crescer em
nossa boca.
Sofreremos alguma decomposição lírica até o mato
sair na voz.
Hoje eu desenho o cheiro das árvores.*



Esse caminho da pedagogia da fragmentação à pedagogia da integralidade é passo a passo, é gradativo, mas precisa ser sistemático, intenso, profundo, persistente, profético, em perspectiva mistagógica: “há um mistério a contemplar numa folha, numa vereda, no orvalho, no rosto do pobre” (LS 233). Não dá mais para esperar. O Pai Nosso está na Terra (Mendonça, 2013), caminha conosco, e podemos “encontrá-Lo em todas as coisas” (LS 233).

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. Nosso tempo. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ALESSI, Gil. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. *El País*. 22 maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>. Acesso em: 14 out. 2024.

BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BENTO XVI. *Caritas in Veritate*: carta encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. 29 jun. 2009. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em: 14 out. 2024.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução Oficial da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL [CNBB]. *Campanha da Fraternidade*. Apresentação geral. [s.d.]. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha-da-fraternidade>. Acesso em: 14 out. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL [CNBB]. *Campanha da Fraternidade 2025*: texto-base. Brasília: CNBB, 2024.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*: exortação apostólica sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. 24 nov. 2013. Disponível em: <https://>



www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 14 out. 2024.

FRANCISCO. *Laudato Si'*: carta encíclica sobre o cuidado da casa comum. 24 maio 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 14 out. 2024.

FRANCISCO. *Laudade Deum*: exortação apostólica sobre a crise climática. 4 out. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 14 out. 2024.

HADJADJ, Fabrice. *O paraíso à porta*: ensaio sobre uma alegria que desconcerta. Tradução de Pedro Sette-Câmara. São Paulo: É Realizações, 2015.

JOÃO PAULO II. *Reconciliatio et Paenitentia*: exortação apostólica pós-sinodal sobre a reconciliação e a penitência na missão da Igreja hoje. 2 dez. 1984. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_02121984_reconciliatio-et-paenitentia.html. Acesso em: 14 out. 2024.

JOÃO PAULO II. *Sollicitudo Rei Socialis*: carta encíclica pelo vigésimo aniversário da Encíclica *Populorum Progressio*. 30 dez. 1987. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 14 out. 2024.

JOÃO PAULO II. *Centesimus Annus*: carta encíclica no centenário da *Rerum Novarum*. 1º maio 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 14 out. 2024.

MENDONÇA, José Tolentino. *Pai Nosso que estais na terra*: o Pai-Nosso aberto a crentes e não crentes. São Paulo: Paulinas, 2013.

MESSIAS, Elvis Rezende. *Marcas de colonialidade cultural na formação filosófico-educacional brasileira*. 2023, 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho: São Paulo, 2023a.

MESSIAS, Elvis Rezende. “Tudo está interligado”: algumas dialógicas entre a ecologia integral do Papa Francisco e o pensamento complexo



de Morin. In: SEVERINO, Antônio Joaquim; MESSIAS, Elvis Rezende (org.). *Formação humana em debate: contribuições da filosofia (e) da educação*. São Paulo: Cartago, 2023b.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional ecossistêmico: por uma nova ecologia da aprendizagem humana*. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2021.

MORIN, Edgar. *O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização*. 6. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. *O método 5: humanidade da humanidade*. 5. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MORIN, Edgar. *O método 2: a natureza da natureza*. 5. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2015a.

MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. 5. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2015b.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 20. ed. rev. e amp. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Araripe Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. 6. ed. Tradução de Paulo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PAULO VI. *Gaudium et Spes*: constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual. 07 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 14 out. 2024.

PAULO VI. *Populorum Progressio*: carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos. 26 mar. 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 14 out. 2024.

PAULO VI. *Visita do Santo Padre à sede da FAO por ocasião do XXV aniversário da instituição*: discurso do papa Paulo VI à Assembleia Geral. 16 nov. 1970. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19701116_xxv-istituzione-fao.html. Acesso em: 14 out. 2024.

PAULO VI. *Octogesima Adveniens*: carta apostólica por ocasião do 80º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. 14 maio 1971. Disponível em:



https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html. Acesso em: 14 out. 2024.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico política do bolsonarismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 147-173, jan.-abr., 2023.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.

RESTREPO, Luis Carlos. *El derecho a la ternura*. 8. ed. Bogotá: Arango Editores, 1996.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. São Paulo: Autêntica, 2023.

STRECK, Danilo Romeu. Um Deus que sonha o mundo: notas para uma eco-teo-pedagogia. In: MESSIAS, Elvis Rezende; MANCILHA, Mariana Silva; BORTONE, Douglas Franco (org.). *Educação e religião: olhares plurifocais*. São Paulo: Pluralidades, 2024.